

Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil

Andréia Galvão,
Rio de Janeiro, Ed. Revan/FAPESP, 2007, 344 pp.

*SÁVIO CAVALCANTE**

A chegada à presidência de Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, despertou várias discussões acerca de qual rumo iriam tomar as reformas sindical e trabalhista. Algumas análises esperavam uma revigoração, no tocante aos sindicatos, dos lemas baseados na liberdade sindical e na autonomia, financeira e jurídica, ante o Estado. Os descaminhos do Fórum Nacional do Trabalho – com seu projeto que aumenta os poderes das cúpulas das centrais em detrimento das bases e preserva as burocracias sindicais – e as recentes defesas do imposto sindical obrigatório, por correntes anteriormente contrárias a esse mecanismo de atrelamento ao Estado, são alguns sinais que refletem a complexidade da posição dos agentes sociais e representantes de classes nos

processos que envolvem as possíveis mudanças da CLT. O que o livro de Andréia Galvão traz ao público são os embates sobre o tema num momento anterior, entre os anos de 1990 e 2002, o que, além de esclarecer as contradições e impasses dos projetos de cada organização neste período, nos fornece elementos essenciais para um debate mais fundamentado sobre a situação atual.

A excelente pesquisa da autora reúne importantes pistas para se entender este quadro aparentemente confuso, no qual, via de regra, prática e discurso dificilmente se combinam. O foco do livro são as discussões sobre a reforma trabalhista no país no período citado, análise que se estende às organizações patronais, aos governos e aos sindicatos

* Professor do Departamento de Ciências Sociais da UEL.

dos trabalhadores, principalmente as centrais de maior expressão, a saber, CUT, Força Sindical e CGT. Reforma trabalhista indica, nesse período, tanto os projetos que visam à dimensão ligada aos direitos do trabalhador quanto à legislação sobre as organizações sindicais – diferente do governo Lula, no qual as propostas foram desmembradas. Este fato já demonstra a dificuldade ao se analisar a posição dos agentes, na medida em que lutar pela “reforma da CLT”, no contexto de ofensiva neoliberal, pode abarcar diversos significados, sendo que, a partir de meados da década de 1990, a supressão de direitos (ou “flexibilização”) torna-se prioritária, sobrepondo-se à reforma dos sindicatos.

O livro tem como objetivo compreender esse emaranhado de posições por vezes divergentes, mas também, em vários casos, convergentes – e é justamente aí que residem as discussões mais interessantes. Seus quatro capítulos têm como eixo de discussão o impacto da ideologia neoliberal no Brasil, seja nas frações das classes dominantes, em especial na burguesia industrial paulista, seja nos representantes das classes dominadas; e as diferenças entre a primeira e a segunda metade da década de 1990 em relação aos debates sobre a reforma – trabalhista e sindical.

Inúmeras constatações surgem das análises tecidas pela autora, dentre as quais comentamos aqui algumas, mas uma característica extremamente positiva de seu trabalho já deve ser ressaltada: todos os projetos e ações estão am-

plamente documentados e cada assertiva sustenta-se em vasto material de pesquisa. E mais: há uma constante confrontação do que é dito com o que realmente é praticado, atitudes e omissões são expostas como forma de averiguar até que ponto, por exemplo, a crítica à estrutura sindical oficial vem acoplada à formação de organizações *realmente* autônomas em relação ao Estado. Andréia Galvão mostra com inteligência e detalhes o que está por trás dessa distância entre prática e discurso, isto é, as contradições e ambigüidades dos agentes num contexto de avanço do neoliberalismo, o qual atinge ideologicamente também as classes dominadas.

A fundação da Força Sindical, em 1991, proveniente da corrente “sindicalismo de resultados”, foi prova da aproximação perversa de entidades dos trabalhadores com a ideologia neoliberal. Aceitando explicitamente ser possível pactos e parcerias com os empregadores (para “melhor vender a mercadoria força de trabalho”), esta central passou a negociar direitos e a defender reformas do Estado de acordo com os ditames do modelo neoliberal. Sua aparente postura crítica à interferência do Estado nas relações entre capital e trabalho esconde a dependência prática que tem dos recursos oficiais. Já em relação à CUT, por mais que não possa ser caracterizada nos termos da confluência com o neoliberalismo tal como ocorrido com a Força, a central não ficou imune a esse discurso. A despeito de suas divisões internas e mesmo que não

abrindo mão de uma retórica de combate, sua corrente majoritária, a Articulação, cedeu aos apelos reformistas aceitando medidas flexibilizadoras. Aos poucos, a linha "propositiva" foi ganhando a luta interna na CUT, a qual, para mostrar-se "madura" e "responsável", adentrou em negociações tripartites, como as Câmaras Setoriais. Andréia Galvão expõe os limites dessa tática, seja pela incorporação de noções burguesas, seja pelo egoísmo de fração que alimenta. No caso da livre negociação, se esta era defendida pelo "novo sindicalismo", nos anos de 1980, pela necessidade de se escapar do controle do Estado e de alavancar a participação democrática dos trabalhadores, na década seguinte assume um sentido regressivo, no qual os sindicatos são recrutados para resolver os problemas de gerenciamento e lucratividade das empresas, o que os leva a negociar a diminuição da proteção legal dos trabalhadores. Assim, "a questão não é negociar ou não, mas sim negociar o que, como e em que contexto" (p. 98). De complemento da lei, as negociações coletivas passam a ser a substituição dessas, dentro da lógica de que o negociado deve prevalecer sobre o legislado.

Nesse aspecto, uma discussão mais detalhada com a bibliografia referente aos processos de reestruturação produtiva no Brasil poderia contribuir para este estudo. Não que a autora não tenha indicado por diversas vezes o impacto da reestruturação das empresas, mas a ofensiva neoliberal parece ser em

vários casos a determinação última das mudanças. É certo que as empresas encontram um ambiente muito mais favorável para terceirizar e tornar o trabalho mais precário sem um sindicato combativo forte e com a influência de governos neoliberais. Mas quais são as características da atual acumulação capitalista que criam as bases objetivas deste processo? Como reestruturação produtiva e neoliberalismo se conjugam? Várias pistas são colocadas. Ao comentar as negociações de redução de jornada e salários em uma montadora de automóveis, por exemplo, afirma a autora que, "a cada novo enxugamento promovido pelas empresas, os empregados que restam vêm-se frente a condições de trabalho cada vez piores" (p. 254), e que, mesmo trabalhando quatro dias por semana, sentem que estão produzindo por cinco. Ora, o que ocorre de novo dentro das empresas que as permite intensificar o trabalho? Alguns elementos são indicados no primeiro capítulo, mas a utilização de outros estudos analíticos sobre a reestruturação produtiva poderia deixar mais rico ainda o quadro explicativo exposto ao longo do livro.

Duas hipóteses importantes são levantadas pela autora e desenvolvidas ao longo de suas análises. A primeira é que, ao contrário do que propaga a ideologia dominante, não há consenso sobre qual reforma precisa ser realizada, mas sim "diferentes projetos em confronto e que o desenho da reforma é condicionado pela correlação de forças entre capital e traba-

lho" (p. 27), de maneira que não há critérios técnicos e neutros para as reformas; pelo contrário, possuem um "claro conteúdo de classe" (p. 222). A segunda, mais polêmica, mesmo no campo da esquerda, refere-se à manutenção ou não da unicidade sindical e das contribuições oficiais. A postura da autora é clara: "a estrutura sindical desempenha papel importante para a dominação de classe, o que dificulta sua modificação" (p. 28). Vários argumentos são levantados. Um dos mais importantes é o fato de que a unicidade não é garantia de unidade sindical. Basta ver a miríade de sindicatos que são criados no país, os quais estão, em sua maioria, exclusivamente voltados para o recebimento do imposto sindical e demais contribuições. Ora, esta dependência do Estado acaba se tornando distanciamento em relação aos trabalhadores. A unicidade ainda impede, ou dificulta, que correntes combativas passem a representar determinada base controlada por pelegos. Justamente por isso, Andréia Galvão percebe as hesitações do governo FHC e das entidades patronais em colocar na prática seus projetos de fim da estrutura corporativa, na medida em que ela acabou servindo para a defesa de sindicatos dispostos a negociar a reforma trabalhista propriamente dita – algo muito semelhante, bom lembrar, ao que pode ocorrer nos dias de hoje. Em outras palavras, a unicidade não foi obstáculo à supressão dos direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores. Entre 1998 e 2002, a autora ainda mostra o "recuo tático" da CUT acerca das críticas à estrutura sindical, pelo fato

de a central acreditar que o contexto da mudança seria negativo. Um dilema gestado desde sua criação, quando esta optou por tentar destruir a estrutura "por dentro", ganhando a liderança dos sindicatos oficiais, o que, conseqüentemente, a leva a depender, pelo menos em sua maioria, das contribuições impostas por lei. Daí a defesa, até os dias de hoje, de pelo menos um "período de transição" para que todos possam sobreviver a uma nova legislação. Ocorre que, como bem lembrado, "a idéia do período de transição acaba colocando tantas condições para a ruptura que esta é recorrentemente postergada, o que inviabiliza a transformação pretendida" (p. 278). Embora seja verdade que há outros elementos que determinam a ação sindical de acordo com a conjuntura – não somente a estrutura (que pode ser contrastada com formas paralelas que fortaleçam a autonomia das entidades), também parece ser correto que o peso dessa mesma estrutura é obstáculo à renovação do sindicalismo combativo.

Em suma, com o rigor da pesquisa e o cuidado nas análises, o excelente livro de Andréia Galvão fornece aspectos essenciais para se entenderem as ambigüidades e contradições dos sindicatos, governos e entidades patronais na década de 1990, os interesses de classe em jogo e, mais do que isso, levanta elementos imprescindíveis para o exame dos descaminhos que hoje presenciamos, principalmente nos debates sobre a reforma sindical.

CAVALCANTE, Sávio. Resenha de: GALVÃO, Andréia. Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Revan/FAPESP, 2007, 344 p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.26, 2008, p.198-201.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Reforma trabalhista; Brasil.